



UNIDADE REGIONAL DE PORTO VELHO

DESPACHO DE JULGAMENTO Nº 1,
DE 16 DE JANEIRO DE 2015

Processo nº 50307.001860/2014-14
Empresa penalizada: Roberto Dörner & Cia Ltda., CNPJ Nº 14.649.776/0001-41. Objeto e Fundamento Legal: Aplicação de penalidade de multa pecuniária no valor total de R\$ 864,00, por cometimento das infrações tipificadas no art. 23, incisos XXIII e XXXIII, da Norma aprovada pela Resolução nº 1.274-ANTAQ de 3/2/2009.

PAULO SÉRGIO DA SILVA CUNHA
Chefe

DESPACHO DE JULGAMENTO Nº 2,
DE 16 DE JANEIRO DE 2015

Processo nº 50307.001865/2014-21
Empresa penalizada: Roberto Dörner & Cia Ltda., CNPJ Nº 14.649.776/0001-41. Objeto e Fundamento Legal: Aplicação de penalidade de multa pecuniária no valor total de R\$ 1.070,00, por cometimento das infrações tipificadas no art. 23, incisos IX, XXIII e XXXIII, da Norma aprovada pela Resolução nº 1.274-ANTAQ de 3/2/2009.

PAULO SÉRGIO DA SILVA CUNHA
Chefe

SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

DECISÃO Nº 14, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015

Autoriza a operação de sociedade empresária de serviço aéreo público especializado.

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso III, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Portaria nº 190/GC-5, de 20 de março de 2001, e considerando o que consta do processo nº 00058.107184/2014-86, deliberado e aprovado na Reunião Deliberativa da Diretoria realizada em 19 de fevereiro de 2015, decide:

Art. 1º Autorizar, por 5 (cinco) anos, a sociedade empresária HANGAR DOIS AEROAGRÍCOLA E MANUTENÇÃO DE AERONAVES LTDA. - ME, CNPJ nº 52.144.284/0001-93, com sede social em Batatais (SP), a explorar o serviço aéreo público especializado na atividade aeroagrícola.

Art. 2º A exploração do serviço autorizado somente poderá ser realizada por aeronave devidamente homologada.

Art. 3º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS
Diretor-Presidente

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS
GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO

PORTARIA Nº 451, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015

Aprova a alteração da razão social da FLIGHT ESCOLA DE AVIAÇÃO para FLIGHT ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL, e renova a autorização de funcionamento e a homologação dos Cursos Teóricos de PPA, PPH, PCA, PCH, INVA e IFR da FLIGHT ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL - FILIAL FLORIANÓPOLIS.

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso V, da Portaria nº 1494/SPO, de 2 de julho de 2014, considerando o que consta do processo nº 00065.125855/2013-11, resolve:

Art 1º Aprovar a alteração da razão social da FLIGHT ESCOLA DE AVIAÇÃO, a qual passa a denominar-se FLIGHT ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL.

Art 2º Renovar a autorização de funcionamento da FLIGHT ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL - FILIAL FLORIANÓPOLIS, por 5 (cinco) anos, situada à Rua Santos Saraiva, nº 2023, Estreito, CEP: 88070-101, na cidade de Florianópolis - SC.

Art 3º Renovar a homologação dos cursos teóricos de Piloto Privado de Avião, Piloto Privado de Helicóptero, Piloto Comercial de Avião, Piloto Comercial de Helicóptero, Instrutor de Voo de Avião, e Voo por Instrumentos da FLIGHT ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL - FILIAL FLORIANÓPOLIS, por 5 (cinco) anos.

Art 4º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

AUDIR MENDES DE ASSUNÇÃO FILHO

GERÊNCIA TÉCNICA DE FATORES HUMANOS

PORTARIA Nº 452, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015

O GERENTE TÉCNICO DE FATORES HUMANOS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso III, da Portaria nº 3428, de 27 de dezembro de 2013, e tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 67 (RBAC nº 67), Subparte nº 67.3(a)(12), e na Instrução Suplementar nº 67-001, Revisão A (IS nº 67-001A); e considerando o que consta do processo nº 00065.148730/2012-88, resolve:

Art. 1º Autorizar a Associação Brasileira de Pilotos de Aeronaves Leves - ABUL a realizar a primeira turma do curso básico de perícia médica, modalidade à distância.

Parágrafo Único. A realização de turmas subsequentes será autorizada mediante avaliação da Gerência Técnica de Fatores Humanos quanto à adequação do curso às normas e regulamentos vigentes na ANAC, bem como ao cumprimento dos procedimentos descritos nos autos do respectivo processo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

SÁVIO VALVIESSE DA MOTTA

Ministério da Agricultura,
Pecuária e Abastecimento

GABINETE DA MINISTRA

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015

A MINISTRA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, INTERINA, ouvidos previamente os MINISTROS DE ESTADO CHEFE DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, DA FAZENDA, E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, todos no desempenho das atribuições de integrantes - titulares do Conselho Interministerial de Estoques Públicos de Alimentos - CIEP, criado pelo Decreto nº 7.920, de 15 de fevereiro de 2013, considerando o que consta dos autos do Processo nº 21000.000838/2015-68, resolve:

Art. 1º Aprovar a proposta da Câmara Técnica que em reunião de 5 de dezembro de 2014, propôs a venda de 62.637 (sessenta e duas mil, seiscentos e trinta e sete) toneladas de estoques públicos de feijão cores e caupi.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA EMILIA JABER

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
AGROPECUÁRIO E COOPERATIVISMO
SERVIÇO NACIONAL DE PROTEÇÃO
DE CULTIVARES

DECISÕES DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015

O Serviço Nacional de Proteção de Cultivares - SNPC, em cumprimento ao disposto no inciso II, art. 40 e art. 46 da Lei nº 9.456/97, resolve:

Nº 11 - Extinguir os direitos de proteção, pela renúncia da empresa Rijk Zwaan Zaaďteelt en Zaadhandel B. V., da Holanda, da cultivar da espécie melão (Cucumis melo L.), denominada Caribbean Dream, Certificado de Proteção nº 20120235.

Nº 12 - Extinguir os direitos de proteção, pela renúncia da empresa Knud Jepsen A/S, da Dinamarca, da cultivar da espécie calanchoe (Kalanchoe Adans.), denominada African Sunshine, Certificado de Proteção nº 20100168.

Fica aberto o prazo de 60 (sessenta) dias para recurso, contados da publicação destas Decisões.

FABRICIO SANTANA SANTOS
Coordenador do Serviço

DECISÕES DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015

O Serviço Nacional de Proteção de Cultivares - SNPC, em cumprimento ao disposto no inciso II, art. 40 e art. 46 da Lei nº 9.456/97, resolve:

Nº 13 - EXTINGUIR os direitos de proteção, pela renúncia da empresa GROCEP, da França, da cultivar da espécie batata (Solanum tuberosum L.), denominada Gredine, Certificado de Proteção nº 00660.

Nº 14 - EXTINGUIR os direitos de proteção, pela renúncia da empresa Hzpc Holland B.V., da Holanda, das cultivares da espécie batata (Solanum tuberosum L.), denominadas Annabelle, Certificado de Proteção nº 00773; Crisps4all, Certificado de Proteção nº 20130015; Fabula, Certificado de Proteção nº 00211; Sylvana, Certificado de Proteção nº 20130113; e Voyager, Certificado de Proteção nº 00774.

Fica aberto o prazo de 60 (sessenta) dias para recurso, contados da publicação destas Decisões.

FABRICIO SANTANA SANTOS
Coordenador do Serviço

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO
DE GOIÁS

PORTARIA Nº 16, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2015

O Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Goiás, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no inciso XXII, artigo 44, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado da Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no DOU de 14 de junho de 2010, e ainda o que consta do Processo SFA/GO nº 21020.000079/2015-03 resolve:

Artigo 1º - Habilitar o médico veterinário RENAN NUNES DE FARIA, inscrito no CRMV-GO sob o nº 6728, para fornecer Guia de Trânsito Animal - GTA, para fins de trânsito intra e interestadual de AVES e OVOS FÉRTEIS para os municípios de São João D'Aliança, Santo Antônio do Descoberto, Planaltina de Goiás e Água Fria de Goiás.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO CARLOS DE ASSIS

Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

RESOLUÇÃO Nº 51, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2015

O DIRETOR-PRESIDENTE DA ANCINE, no uso de suas atribuições previstas no artigo 10, I, da MP nº 2.228/2001 e, considerando o disposto no art. 5º da Lei nº 11.437/2006, assim como as competências designadas nos termos do artigo 8º, III, do Regimento Interno do Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual - CGF-SA, resolve:

Tornar pública a autorização do Comitê Gestor do FSA, no âmbito da ação de suplementação de recursos financeiros aportados por órgãos da administração pública direta ou indireta estadual, do Distrito Federal e das capitais com investimentos do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), prevista no item 119 do Regulamento Geral do Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Indústria Audiovisual - PRODAV, para a destinação de recursos do FSA no montante de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), para o financiamento de projetos de produção audiovisual em conjunto com recursos financeiros aportados pela Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo (SP Cine), órgão da prefeitura da cidade de São Paulo, conforme deliberação tomada na 27ª Reunião do Comitê Gestor do FSA ocorrida em 04 de fevereiro de 2015.

MANOEL RANGEL

SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

DESPACHOS DA SUPERINTENDENTE

Em 19 de fevereiro de 2015

Nº 31 - O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria nº 140 de 03 de julho de 2012; e em cumprimento ao disposto na Lei nº. 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Lei nº. 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, Decreto nº. 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos do art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

15-0039 - SP é Uma Festa
Processo: 01580.006115/2015-81

Proponente: Paranoid Filmes Ltda.

Cidade/UF: São Paulo / SP

CNPJ: 11.140.814/0001-48

Valor total aprovado: R\$ 795.380,40

Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R\$ 500.000,00